

O ensino da música para pessoas com deficiência: o surdo no contexto não-formal

Ana Déborah Pereira de Barros
Universidade Federal do Maranhão
ana_deborah@outlook.com

Resumo: O ensino da música não pode ficar somente restrito às escolas regulares, conservatórios e universidades. Mediante de uma revisão bibliográfica, uma modalidade que pode ser bastante inclusiva é a educação não-formal. Esse tipo de educação, por não seguir um currículo baseado em diretrizes e normas e ser concebida fora do âmbito escolar e acadêmico, é mais ligado com as práticas e vivências locais dos alunos. Quando o educador perceber, em seu trabalho, uma pessoa deficiente auditiva, ele deve compreender de que ela tem os mesmos direitos na sociedade no que se refere à educação musical. E por isso, no artigo, há o relato de experiência da autora que pretende refletir sobre como a música tem espaço no mundo dos surdos. Com observações pertinentes aos professores nas considerações finais, o educador musical pode se tornar um dos agentes fundamentais de transformação: levar a música para quem justamente não ouve.

Palavras-chaves: Surdez; Música; Educação não-formal.

A música na educação informal e não-formal

Quando falamos da educação musical no ambiente informal e não-formal, nos deparamos com dúvidas acerca das metodologias e processos de ensino e aprendizagem para esse tipo de contexto. Existem outras formas de transmissão e aquisição de competências e habilidades musicais e, para Wille (2005, p. 39-40), a escola convencional não pode ser a norteadora de todas as práticas musicais, ela é apenas um dos locais onde acontece o ensino de música.

Para compreender melhor a modalidade não-formal, ela “seria aquelas atividades que possuem caráter de intencionalidade, mas pouco estruturadas e sistematizadas, onde ocorrem relações pedagógicas, mas que não estão formalizadas.” (WILLE, 2005, p.41) Espaços como organizações não-governamentais, igrejas, associações de moradores etc. são bons exemplos onde ocorrem esse tipo de ensino.

Para exemplificar a dinâmica do ensino não-formal, em 2008 foi possível uma experiência pessoal como arte-educadora no ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens, iniciativa do Governo Federal em parceria com as esferas municipais e estaduais para

jovens que participam do Bolsa Família. A lotação aconteceu em regiões da periferia como São Raimundo e Vila Brasil e o trabalho foi desenvolvido com jovens de faixa etária diversificada em uma mesma turma: crianças de 10 anos e alguns jovens de 16 anos encaminhados com seus perfis (conjuntura socioeconômica) pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). E disponibilizaram uma apostila para o mediador das oficinas, com diretrizes, conceitos e objetivos, além de atividades contendo competências e habilidades a serem adquiridas pelos participantes.

A educação não-formal utiliza de métodos pedagógicos para alcançar as metas propostas e espaços que, de acordo com de acordo com Oliveira-Gastal (2009, p.06), “variam enormemente em suas características e funções sociais, podendo, inclusive, não serem destinados primariamente à educação” como associação de moradores (a associação escolhida pelo ProJovem consistia em uma casa pequena de chão batido, localizada em uma rua sem saneamento básico).

Uma outra modalidade de ensino é a educação informal, que segundo Wille (2005, p.41) as aprendizagens musicais podem ser desenvolvidas no cotidiano e também na cultura popular. Green (2000, p.65) conceitua o ensino musical informal como prática que não recorre “a instituições de ensino, nem *curriculum* escrito, programas ou metodologias específicas, nem professores qualificados, nem mecanismos de avaliação ou certificados, diplomas e pouco ou mesmo nenhuma notação ou bibliografia.”

Em 2012, aconteceu uma oficina de percussão maranhense promovida por um estúdio de gravação. O professor tocava nos grupos de bumba-meu-boi e de acordo com o que ele falou, o ensino transmitido na oficina era do mesmo jeito para os netos. A metodologia era baseada no que aprendeu oralmente e observando os outros tocarem. O interessante é que aquele espaço foi feito para gravação de música e mesmo assim tivemos uma experiência rica musicalmente no contexto informal. Até tentamos codificar na partitura os ritmos maranhenses – diversos sotaques do bumba-meu-boi e tambor de crioula – mas eles só foram entendidos a partir da vivência e não das notações convencionais, como bem afirma Arroyo:

Se cultura é entendida como uma rede de significados (...) as práticas de educação musical, escolares ou não escolares, são espaços de criação e recriação de significados e, portanto, de cultura. Nesse sentido, educação musical deve ser muito mais do que aquisição de competência técnica; ela deve ser considerada como prática cultural que cria e recria significados que conferem sentido a realidade. (ARROYO, 2000, p.19)

Podemos apontar algumas dificuldades desses modelos de ensino a partir dos dois exemplos de experiência descritos acima. Uma delas é a preparação de uma aula para uma turma heterogênea, com grande diferença de idade entre os alunos como aconteceu no ProJovem. Por existir diversas atividades de musicalização específicas pra cada idade, trabalhar música com jovens e crianças na mesma turma pode se tornar uma tarefa muito difícil. No contexto informal, o saber musical aprendido por observação e oralmente é oportuno, mas a dificuldade encontra-se na metodologia imutável de transmitir esse conhecimento. O pensamento seria algo como esse: “Se eu aprendi desse jeito, você também aprende ” o que não dá espaço para outras formas de aprendizado. Observa-se que a diferença entre os dois tipos de ensino perpassa pelas possibilidades e maneiras de se trabalhar a música. Cabe ao educador, portanto, escolher aquele que mais lhe convém com suas práticas.

O ensino da música para pessoas com deficiência

Sabe-se que a música é fundamental para o desenvolvimento do ser humano. Levando em consideração a inserção dela na vida de pessoas com deficiência, faremos um comparativo. Segundo o IBGE 2010, 46 milhões de brasileiros, 24% no total, possuem algum tipo de deficiência, o que é quase $\frac{1}{4}$ da população. A educação musical é direito de todos de acordo com a LDB – Lei e Diretrizes de Base da Educação, número 9.394 de 1996, quando a música está inserida como uma das linguagens das Artes. Então todos esses 46 milhões de deficientes brasileiros, não importando gênero e grau, também devem gozar das experiências musicais como qualquer um.

A educação musical constitui uma contribuição significativa e sistemática ao processo integral do desenvolvimento humano. Uma das principais tarefas consiste em estudar para chegar a influenciar positivamente a conduta do homem em relação ao som e à música, não apenas ao longo de todo o processo vital, mas também diante da enorme diversidade de circunstâncias humanas. (GAINZA apud AGUIAR e BRANCO, p.93)

Louro (2013, p.2) afirma que, quando falamos em educação, deve-se levar em conta que o mundo é cercado de valores e estereótipos que incluem aparência e rendimento. A preocupação de como inserir o deficiente nesse contexto de preconceitos e ignorâncias é resultado da sensibilidade de educadores, pedagogos, entidades, psicólogos e até mesmos dos pais.

Existe um documento intitulado "Normas sobre Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência", que chama a atenção para o deficiente usar “ao máximo as suas capacidades criadoras, artísticas, não apenas em seu próprio benefício, como também para o enriquecimento da comunidade. ” (Documentos Internacionais, 2002). E no mesmo documento afirma que para isso é preciso “fornecer materiais de qualidade, treinamento contínuo de professores e profissionais de apoio quando necessário; Permitir flexibilidade, acréscimo e adaptação aos currículos”. O que falta, na verdade, é gente qualificada para atender essa demanda e por isso o educador musical encontra dificuldade ao trabalhar com esse público.

No ano de 2013 aconteceu uma experiência pessoal com dois alunos deficientes do 3º ano do Ensino Médio (um com síndrome de Asperge e o outro com capacidade mental reduzida). Na escola, nem o professor e nem os alunos tinham aparato profissional especializado e isso evidencia a “falsa inclusão”. Apesar das dificuldades, foi feita uma atividade na qual todos os alunos ouviam e adivinhavam algumas canções referentes ao conteúdo de história da música brasileira, organizando-as em uma folha de papel. C.A, que tem capacidade mental reduzida, elencou as respostas e, embora estivessem erradas, a sua participação na atividade o deixava feliz, pois o mesmo tentava descobrir qual era a música. J.G, que tem síndrome de Asperge, ouvia atentamente sem escrever no caderno, mas quando tocou “O calhambeque”, de Roberto Carlos na época da Jovem Guarda, foi o primeiro a dizer “É calhambeque, bi bi professora”. O fato de ter acertado o deixou orgulhoso e satisfeito de si.

A educação é libertadora e, quando é musical, deve ser instrumento de transformação social e servir como estímulo intelectual, sensorial e emocional. E o mais importante, que ela esteja voltada para a realidade da sociedade e do indivíduo e não apenas para a profissionalização de musicistas. Com base na experiência acima descrita na escola, percebemos que o ensino musical para deficientes é importantíssimo no seu processo social e cognitivo e que “todos são capazes de aprender música, pois ela é inerente ao ser humano. É somente questão de respeitar as possibilidades de cada um e adaptar tal fazer para aqueles que possuem dificuldades acentuadas. ” (LOURO, 2013, p.03)

O ensino da música para surdos na educação não-formal

Há uma ideia equívoca compartilhada pela comunidade surda e pela sociedade ouvinte: por não ouvir, o surdo estaria impedido de participar de atividades musicais. Porém, dentro do universo da surdez há diversidades; surdos que possuem maior ou menor perda de audição ou que fazem da língua de sinais ou não. Ao trabalhar música é preciso tomar conhecimento de que cada pessoa surda tem características biológicas e humanas tipificadas. Quais meios que ela utiliza para se comunicar com o mundo? É por leitura labial ou LIBRAS? Ela faz uso de próteses auditivas ou implantes cocleares? Qual seu nível de audição? Essas perguntas são essenciais para o sucesso das propostas feitas na educação não-formal, que é o foco desse artigo.

Não podemos, de maneira nenhuma, generalizar essa cultura. Se o educador musical trabalha em entidades filantrópicas, que direcionam seu trabalho para a comunidade surda, ou em espaços como ONG's, igrejas, associações etc. que existam alguma pessoa com deficiência auditiva, é de extrema importância fazer um levantamento das condições desse deficiente. Sem os dados da saúde auditiva do participante, o trabalho musical ficará certamente prejudicado.

Uma outra questão para refletir é de que forma o surdo quer ser tratado pela sociedade ouvinte. Ele se sente diferente? Ele se considera anormal por não escutar? O que ele pensa do mundo composto por sons? Quando falamos do termo “cultura surda”, não existe o oposto “cultura ouvinte” como bem expressa Santana:

Os surdos crescem segundo os valores, as crenças, os símbolos, os modos de agir e de pensar de um sistema socialmente instituído e em transformação. [...] dir-se-ia que os surdos e os ouvintes crescem numa mesma cultura a partir do momento em que participam de uma mesma comunidade. Códigos específicos não expressam uma cultura diferente, apenas indicam a particularidade de um grupo dentro de um sistema social. Em outras palavras: não há como conceber uma ideia de cultura surda e de seu oposto, cultura ouvinte. (SANTANA, 2007, p.45)

O mundo tem avançado pouco nesse quesito de perceber o surdo como uma pessoa dotada de capacidade, potencial e habilidade. Percebe-se que a sociedade cria conceitos e delimitações aos surdos, estigmatizando-os como seres diferentes e especiais. É preciso parar de dar totalidade à deficiência, como se o indivíduo fosse constituído apenas de audição:

(...) generalizar incapacidades, bem como, transferir determinada incapacidade a outros planos da vida do indivíduo porque ele é incapaz, por

exemplo, de andar ou ver, cria uma generalização da deficiência em tal ponto, que a pessoa passa a ser vista em sua totalidade como deficiente, e não como alguém que tem uma determinada deficiência. (LOURO, 2013, pg. 02)

Relato de experiência

Desde os três anos de idade tenho deficiência auditiva neurossensorial bilateral, com diagnóstico severo a profundo. O que iniciou apenas de um lado atingiu, com o passar dos anos, o outro ouvido. Durante esse tempo fiz o uso de próteses e sempre estudei em escolas regulares. Meus pais não aceitaram a surdez à princípio – o que é muito comum nas famílias quando descobrem a notícia – e por isso fizeram questão que eu me comunicasse verbalmente e não gestualmente através de LIBRAS.

Quando falei que era preciso ficar atento sobre os tipos de surdez é justamente sobre a frequência ou nível sonoro que cada surdo consegue captar. Eu, por exemplo, quando não utilizo os aparelhos auditivos, não consigo ouvir uma determinada frequência das vozes das pessoas. Você precisa gritar e mais a minha compreensão por leitura labial. Essa leitura é muito importante para quem depende dela. Já me aconselharam a parar de fazer essa técnica por ser “prejudicial”, mas creio que é um tipo de sobrevivência que você desenvolve.

Me interessei pela música ainda criança, quando tocava o violão do meu pai corda por corda na seguinte posição: eu ficava deitada e colocava a parte oposta no ouvido. Gostava mais das cordas graves por ela transmitir mais vibração e a caixa cerebral vibrava também. Essa experiência reforça a tese de Hagiara-Cervellini (2003, p.79) quando elas falam que “Por todo o seu corpo é possível captar as vibrações das ondas sonoras. Estas podem ser percebidas pela pele e pelos ossos. A pele é o órgão dos sentidos mais vital.”

Foi difícil aceitar a surdez durante esses anos todos, o que não vou entrar em detalhes sobre o processo dessa aceitação. Mas o meu objetivo, ao relatar a minha experiência, é justamente chamar a atenção de como as escolas de músicas (tradicionais) são excludentes e alertar a educação não-formal de não seguir as mesmas regras. Nunca passei numa escola técnica, talvez à natureza dela com os testes voltados para solfejo e ritmo. Lembro que todos os anos fazia prova para a Escola de Música do Estado e descobri que, devido à minha limitação, eu preciso ter acompanhamento (voz ou instrumento) no solfejo em todo momento. Então reprovava. Já no ritmo acertava todos os exercícios propostos. Tenho um interesse

profundo pela percussão e pelo ritmo, muito mais que a harmonia. Depois de um certo tempo tentando ser aceita na escola, desenvolvi uma baixa autoestima e repulsa à qualquer atividade musical. Parei de tocar violão, teclado e até mesmo diminui a frequência de ouvir música. Pra que servia a música a não ser reforçar a ideia de que não possuía talento ou virtuosismo? O encantamento voltou anos depois, quando passei para o curso de Música da UFMA e conheci os métodos de musicalização possíveis de adaptação para deficiente auditivo. O início dos trabalhos como professora de Arte nas escolas públicas também me ajudou a procurar outras maneiras de aprender musicalmente e daí surgiu a preocupação com o ensino para surdos. Eu me pergunto qual a chance que o ele tem para fazer e apreciar música? Eu digo todas. O problema está na abordagem dos métodos:

Ora, os surdos não estão alheios às expressões culturais características dos ouvintes: sabem que elas existem e emitem opiniões sobre as mesmas. As dissonâncias que surgem quando comunidades ouvintes e surdas se encontram é que, muitas vezes, os ouvintes pensam que os surdos “devem” apreciar a música como eles apreciam e os surdos pensam que os ouvintes estão encontrando mais uma forma de ressaltar sua “falta” ou de fazer com que os surdos sejam como eles (como se os ouvintes fossem o padrão) (SÁ, 2008, p. 03)

Se o surdo não quer participar da música, é um direito seu, dada sua história de vida e natureza. Agora privar e excluir a música da vida de quem não ouve deveria ser preocupante. No meu caso, eu sempre quis participar, mas devido ao que Sá afirmou anteriormente, eu só tinha dificuldades e julgamentos como “você não pode”. Acredito que a música não é isso e Louro exemplifica o que ela de fato é:

(...) uma pessoa com deficiência deveria ter as mesmas chances que uma pessoa sem deficiência no que tange a educação musical, pois, estabelecer o equilíbrio do fluir da música como menciona Gainza, ou trabalhar autoconfiança, capacidade analítica, concentração, entre outros fatores, como afirma Koellreutter, independe de padrões pré-determinados. (LOURO, 2013, p. 04)

A lista abaixo foi baseada nos estudos de Louro (2013) sobre a formação musical do docente. Quando temos a presença de surdos em projetos, organizações, associações etc é preciso:

1. Quebrar a barreira do preconceito como a negação, a infantilização, generalização etc.

2. Conhecer e compreender as informações clínicas do deficiente além do seu processo de aprendizagem e o contexto familiar no qual ele vive.
3. Trabalhar em equipe, ou seja, com a família e com os profissionais da área da saúde que porventura podem auxiliar o educador em questões de ensino-aprendizagem que requer explicação clínica.
4. Ter uma visão ampla sobre o fazer musical, não somente potencializando as altas performances instrumentais, mas oferecendo caminhos de desenvolvimento na música.
5. Adaptações de materiais, metodologias para aprendizagem dos deficientes, no caso do surdo, dependendo do grau clínico.
6. E definir objetivos: como, para quê e porquê.

Com base nas informações da lista acima, o educador pode desenvolver seu trabalho de musicalização dentro do ensino não-formal e dialogar com uma verdadeira inclusão social. A música deve ser um recurso de auto realização e desenvolvimento do deficiente como ser. Ela deve proporcionar um caminho para realização pessoal e obtenção do prazer, que prioriza o ser humano na sua forma mais integral. Por isso é preciso extinguir a visão de que ela é para pessoas virtuosas e que nasceram com talento. Se essa ideia ainda se perpetuar na sociedade, de nada adiantará os esforços e estudos de musicalização já feitos com todos os deficientes. A música é para todos. Inclusive eles.

Considerações finais

Existe uma quantidade razoável de exemplos no que se refere à educação não-formal. É um tipo de ensino que utiliza métodos pedagógicos para atingir um objetivo sem ser em espaços escolares. E dentro desse contexto, por ser e conhecer as dificuldades de um deficiente auditivo, é preciso estar atento que ao trabalhar com surdos é fundamental ficar de frente para ele, visto que o mesmo é totalmente visual e precisa da leitura labial ou Libras. Ignorar essa observação é o mesmo que excluí-lo na sua totalidade, dificultando ainda mais a sua inserção nas propostas de trabalho musical. Outra questão que posso contribuir aos educadores musicais é que existe um elemento-chave que norteia todo surdo, independente do seu nível de escuta: a vibração. Através dela ele consegue sentir com o corpo a pulsação da

música. Então porque não explorá-la? Em uma outra oportunidade abordarei atividades que se apropriam dela.

Todas e quaisquer atividades musicais que envolvam surdos é necessário ter colaborações externas como especialistas da área da saúde, psicopedagogos e a família para que o resultado dessas práticas culmine em um grande trabalho. Na falta de um desses agentes, é recomendável que o educador musical busque uma literatura específica sempre respeitando os limites e as tipificações de cada surdo e adaptando as propostas de trabalho para ele. Caso contrário, a música pode se tornar enfadonha para aquele que não consegue justamente ouvir, quando na verdade ela pode servir para exploração, experimentação, socialização e comunicação. E isso faz toda a diferença para quem a natureza deu o silêncio.

Referências

AGUIAR, Frederico Neves de; BRANCO, Cristine. *A música e a questão da inclusão no ensino da música*. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/coloquio/article/viewFile/558/560>> Acesso em 19 de novembro de 2013

ARROYO, Margarete. Um olhar antropológico sobre práticas de ensino e aprendizagem musical. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, n. 5, p. 13-20, 2000.

Documentos Internacionais. *Normas sobre equiparação de oportunidade para pessoas com deficiência*. In: LOURO, Viviane dos Santos. *Educação Musical e o Aluno com Deficiência: discutindo a prática e propondo adaptações pedagógicas*, jun. 2013. p.3 Disponível em: <http://musicaeinclusao.files.wordpress.com/2013/06/educacao_musical_e_a_pessoa_com_deficiencia-1.pdf> Acesso em: 19 novembro de 2013

GAINZA, Violeta Hemsy de. *Estudos de psicopedagogia musical*. 3a. edição. São Paulo: Summus Editorial, 1988. In: AGUIAR, Frederico Neves de; BRANCO, Cristine. *A música e a questão da inclusão no ensino da música*. p. 93 Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/coloquio/article/viewFile/558/560>> Acessado em: 19 de novembro de 2013

GREEN, L. Poderão os professores aprender com os músicos populares? *Revista Música, Psicologia e Educação - CIPEM*, 2, p. 65-79, 2000.

HAGUIARA-CERVELLINI, Nadir. *A Musicalidade do surdo: representação e estigma*. São Paulo: Plexus Editora, 2003

LOURO, Vivianne dos Santos. *Educação Musical e deficiência: quebrando os preconceitos*, jun. 2013. Disponível em: <<http://musicaeinclusao.wordpress.com/2013/06/06/louro-viviane-educacao-musical-e-deficiencia-quebrando-os-preconceitos>> Acesso em 19 de novembro de 2013

_____. *Educação Musical e o Aluno com Deficiência: discutindo a prática e propondo adaptações pedagógicas*, jun. 2013. Disponível em: <http://musicaeinclusao.files.wordpress.com/2013/06/educacao_musical_e_a_pessoa_com_deficiencia-1.pdf> Acesso em: 19 novembro de 2013

_____. *Música e Inclusão – refletindo sobre a formação docente*, jun. 2013. Disponível em: <http://musicaeinclusao.files.wordpress.com/2013/06/musica_e_inclusao_refletindo_a_formacao_docente.pdf> Acesso em 19 nov. 2013

OLIVEIRA, Roni Ivan Rocha de; GASTAL, Maria Luíza de Araújo. *Educação formal fora da sala de aula – olhares sobre o ensino de ciências utilizando espaços não-formais*, ago.

2009. Disponível em: < <http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viiienpec/pdfs/1674.pdf>> Acesso em 03 de dezembro de 2013

SÁ, Nídia Regina Limeira de. *Os surdos, a música e a educação*. 2008. Disponível em: < <http://dialogica.ufam.edu.br/dialogicaV2-N5/Os%20surdos,%20a%20m%C3%BAsica%20e%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em 19 novembro 2013

SANTANA, Ana Paula. *Surdez e Linguagem - Aspectos e Implicações Neolinguísticas*. São Paulo: Plexus Editora, 2007.

WILLE, Regina Blank. Educação musical formal, não formal ou informal: um estudo sobre processos de ensino e aprendizagem musical de adolescentes. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 13, 39-48, set. 2005.